

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025

Acará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Acará x RI Tocantins x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Acará x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Acará x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Acará x RI Tocantins x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Acará (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

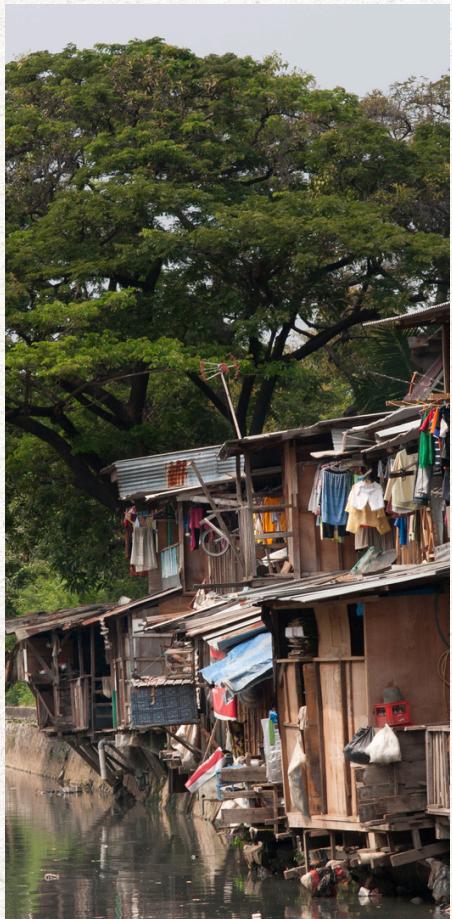
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza no município de Acará apresentou uma leve tendência de queda, saindo de aproximadamente 70,8% em 2019 para cerca de 69,2% em 2021. Essa redução foi também observada, embora em menor magnitude, na Região de Integração Tocantins e no estado do Pará como um todo. Contudo, em 2022 houve um aumento expressivo da pobreza em todas as esferas analisadas, sendo mais acentuado em Acará, cuja taxa ultrapassou 80%, enquanto a RI Tocantins chegou a cerca de 74,6% e o Pará alcançou 58,9 %, refletindo, provavelmente, impactos socioeconômicos associados às consequências prolongadas da pandemia de COVID-19 (Gráfico 1).

Em 2023, observou-se uma queda significativa na taxa de pobreza em comparação com o pico de 2022. Em Acará, a taxa reduziu para 62,3%, o que representa uma melhora importante, embora ainda mantenha o município com níveis muito elevados de pobreza em comparação com a média estadual (43,8%). A RI Tocantins também apresentou queda, alcançando 55,2%. Esse movimento de recuperação indica uma possível retomada das atividades econômicas, políticas públicas mais efetivas de transferência de renda e programas sociais voltados para a redução da vulnerabilidade social, embora ainda exista um longo caminho a ser

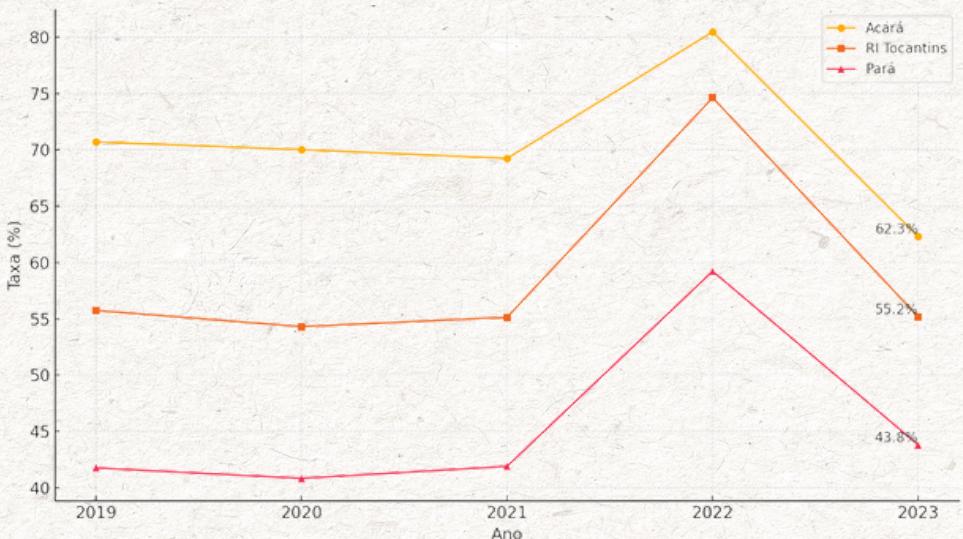




percorrido para alcançar níveis mais baixos (Gráfico 1).

Ao longo do período analisado, o município de Acará permaneceu sistematicamente com taxas de pobreza superiores às observadas na sua Região de Integração e no estado do Pará, o que aponta para fragilidades socioeconômicas locais mais profundas. A magnitude do aumento em 2022 e a posterior redução em 2023 evidenciam a alta sensibilidade do município a choques externos, como crises econômicas e sanitárias, além da necessidade de políticas estruturantes de combate à pobreza e inclusão produtiva para garantir melhorias sustentáveis no longo prazo (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No indicador de despesas públicas com serviços essenciais, o município de Acará manteve percentuais elevados ao longo de todo o período analisado, iniciando com 81,5 % em 2019 e oscilando levemente até chegar a 78,1% em 2023. Observa-se que o município sempre destinou uma parcela considerável de seu orçamento para áreas prioritárias, como saúde, educação e assistência social. Essa tendência de altos percentuais também é observada na RI Tocantins, embora em níveis mais moderados (por volta de 71% em 2019 e 68,4% em 2023), e no estado do Pará,

que apresenta percentuais ainda inferiores, entre 63% e 60,9% (Gráfico 2).

Apesar do elevado percentual de alocação de recursos em serviços essenciais, a trajetória em Acará mostra certa volatilidade, com uma queda mais perceptível entre 2021 e 2022. Esse recuo pode indicar dificuldades fiscais, reestruturações orçamentárias ou mudanças na priorização de gastos em meio à crise sanitária e à necessidade de emergências financeiras em outras áreas. Ainda assim, o patamar final de 78,1% em 2023 mantém Acará em posição desta-

cada frente às médias regional e estadual, denotando um compromisso relativamente forte em assegurar a provisão de serviços básicos à população (Gráfico 2).

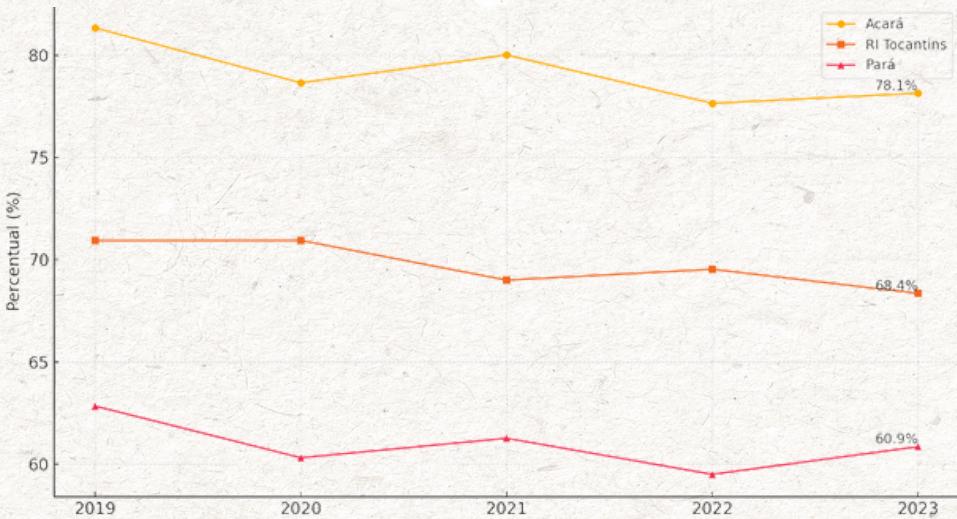
Contudo, mesmo com altos percentuais de despesa essencial, o contexto de elevada taxa de pobreza sugere que apenas a destinação orçamentária não é suficiente; são necessárias melhorias na eficiência e eficácia da aplicação desses recursos. Acará mostra uma aparente desconexão entre alto gasto público em serviços básicos e os resultados sociais esperados,



o que reforça a importância de aperfeiçoar a gestão pública, investir em políticas de qualidade e ampliar o alcance de programas que combatam a desigualdade social de forma estrutural (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Acará, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou uma trajetória de queda entre 2019 e 2021, saindo de cerca de 7,9% em 2019 para 6,2% em 2021, evidenciando uma melhora importante no período inicial. Esse comportamento de redução não foi observado com a mesma intensidade na Região de Integração Tocantins e no estado do Pará, que permaneceram com taxas mais estáveis nesse intervalo. Em Acará, essa diminuição pode indicar avanços no acompanhamento pré-natal ou na melhoria das condições de saúde materno-infantil (Gráfico 3).

Entretanto, a partir de 2022 houve uma reversão dessa tendência positiva em Acará,

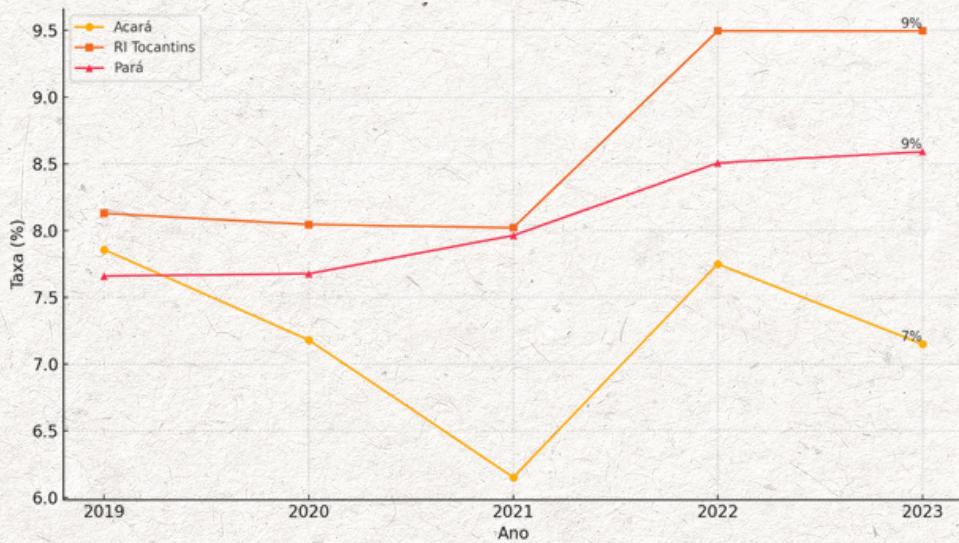
com a taxa subindo para 7,7% e, posteriormente, para 7,1% em 2023. Esse aumento, embora não tenha retomado o patamar de 2019, indica que os avanços anteriores podem ter sido impactados por fatores como a sobrecarga dos serviços de saúde provocada pela pandemia, piora das condições nutricionais ou dificuldades de acesso aos cuidados médicos. Já na RI Tocantins e no estado do Pará, observou-se um crescimento mais consistente, com ambos encerrando 2023 com uma taxa de 9% (Gráfico 3).

Comparativamente, Acará terminou 2023 com uma prevalência inferior às médias da Região de Integração e do estado, o que, apesar da piora recente, ainda reflete um desempenho relativamente me-

lhior nesse indicador de saúde infantil. Todavia, o comportamento oscilante da série revela a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de saúde, especialmente em ações contínuas de atenção primária e promoção da saúde materno-infantil para consolidar a tendência de redução do baixo peso ao nascer de forma sustentável (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

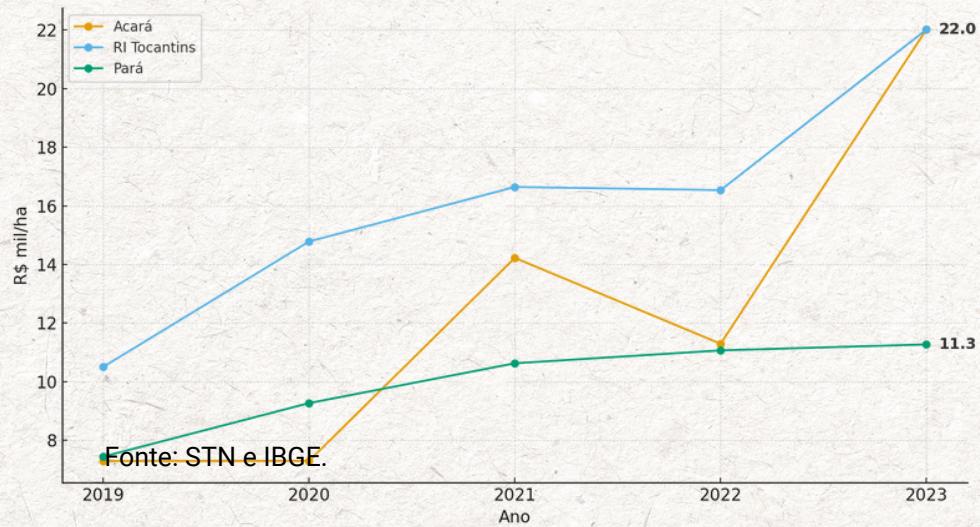
No município de Acará, a produtividade agrícola apresentou forte oscilação entre 2019 e 2023. O índice manteve-se em R\$ 7,3 mil/ha entre 2019 e 2020, elevando-se para R\$ 14,2 mil/ha em 2021. Em 2022 houve leve recuo para R\$ 11,3 mil/ha, seguido de expressiva alta em 2023, atingindo R\$ 22,0 mil/ha. Essa trajetória reflete alternância entre períodos de retração e recuperação, possivelmente associada a variações climáticas, disponibilidade de insumos e gestão produtiva local. Ainda assim, o salto final evidencia

notável ganho de eficiência agrícola em relação ao início da série (Gráfico 4).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi de crescimento contínuo e estável. A produtividade partiu de R\$ 10,5 mil/ha em 2019, subindo para R\$ 15,0 mil em 2020 e alcançando R\$ 16,7 mil/há entre 2021 e 2022, culminando em R\$ 22,0 mil/ha em 2023. O padrão revela aprimoramento progressivo das práticas agrícolas, com fortalecimento de cultivos mecanizados e maior aproveitamento das áreas produtivas.

No estado do Pará, a tendência também foi positiva, mas de ritmo moderado, passando de R\$ 7,3 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. O avanço gradual indica expansão estrutural do rendimento agrícola, porém com disparidades espaciais significativas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 22 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

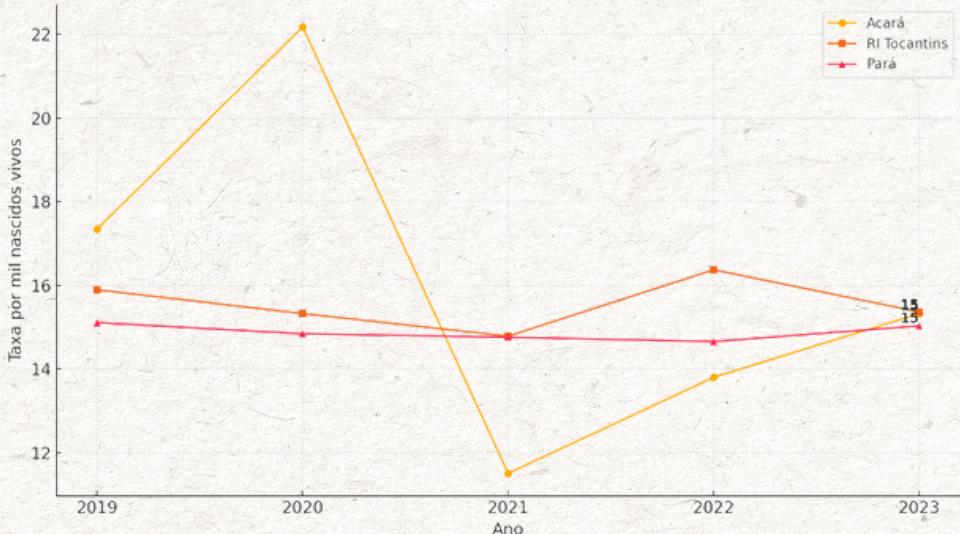
Entre 2019 e 2020, a taxa de mortalidade infantil em Acará aumentou de 17,4 para 22,2 óbitos por mil nascidos vivos, indicando um agravamento considerável no período inicial, possivelmente associado a fatores como dificuldades no acesso a serviços de saúde neonatal ou agravamentos relacionados à pandemia de COVID-19. Na mesma época, a Região de Integração Tocantins e o estado do Pará apresentaram quedas ou estabilidade na taxa, mantendo-se abaixo dos 16 óbitos por mil nascidos vivos, o que ressalta a vulnerabilidade particular de Acará nesse período (Gráfico 5).

A partir de 2021, o cenário em Acará mudou radicalmente, com a taxa de mortalidade infantil caindo para 11,5 óbitos por mil nascidos vivos, um dos melhores desempenhos da série, abaixo inclusive da média estadual. Nos anos seguintes, 2022 e 2023, observou-se uma leve tendência de aumento, atingindo 13,8 em 2022 e 15 em 2023, o que recolocou o município próximo aos patamares de suas referências regionais. Esse comportamento sugere avanços importantes na capacidade de resposta da rede de atenção à saúde infantil, embora ainda vulnerável a oscilações (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos em Acará apresentou crescimento modesto entre 2019 e 2023, passando de 2,1 médicos para 3 médicos por 10 mil habitantes, o que representa uma melhora, mas ainda evidencia uma grande defasagem em relação à média estadual e da Região de Integração. No início do período, Acará já apresentava uma disponibilidade muito inferior de profissionais de saúde, condição que se manteve ao longo dos anos, mesmo com o leve aumento recente, enquanto a RI Tocantins e o estado do Pará tiveram crescimentos mais robustos (Gráfico 6).

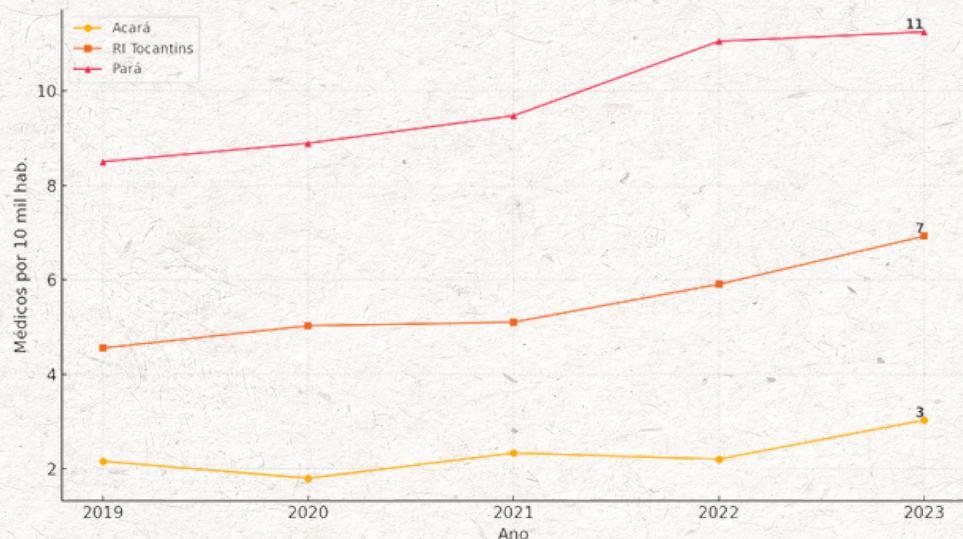
Enquanto a Região de Integração Tocan-

tins aumentou de 4,6 para 7 médicos por 10 mil habitantes, e o Pará saltou de 8,5 para 11,0 no mesmo intervalo, Acará não conseguiu acompanhar esse ritmo de expansão. O avanço mais expressivo no Pará pode ser associado a programas estaduais e federais de interiorização de médicos, enquanto em Acará a baixa atratividade, dificuldades de infraestrutura e oferta limitada de serviços de saúde podem ter restringido esse crescimento. A diferença em relação ao estado como um todo permanece significativa, o que impacta diretamente a capacidade de atendimento da população local (Gráfico 6).



O baixo número de médicos por habitante em Acará explica, em parte, os desafios enfrentados no combate a indicadores de saúde como a mortalidade infantil e a prevalência de baixo peso ao nascer. A tímida elevação no número de médicos precisa ser acompanhada de estratégias mais amplas de fixação de profissionais, melhorias nas condições de trabalho e ampliação da infraestrutura da rede pública de saúde para assegurar o acesso contínuo e qualificado à atenção médica, especialmente para a população mais vulnerável (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Acará apresentou uma tendência de queda no número de vagas no ensino público por mil habitantes entre 2019 e 2023. No início do período, Acará possuía cerca de 324 vagas por mil habitantes, patamar elevado em comparação com a Região de Integração Tocantins e o estado do Pará. Contudo, essa oferta foi gradativamente reduzida, atingindo 265 vagas por mil habitantes em 2023. Embora o número ainda seja superior às médias regional e estadual, a magnitude da redução evidencia uma possível diminuição da capacidade de atendimento educacional ou mudanças demográficas que afetaram a oferta relativa de vagas (Gráfico 7).

A Região de Integração Tocantins e o Pará também apresentaram oscilações, po-

rém de menor intensidade, com a RI Tocantins passando de 245 para 219 vagas por mil habitantes e o Pará, de 212 para 198 vagas. A trajetória de queda em todos os níveis territoriais pode refletir tanto ajustes de rede escolar, decorrentes da diminuição da população em idade escolar, quanto dificuldades de ampliação de investimentos públicos na educação. Ainda assim, o recuo em Acará foi proporcionalmente mais acentuado, especialmente entre 2022 e 2023, o que sugere a necessidade de maior atenção para garantir a universalização do acesso (Gráfico 7).

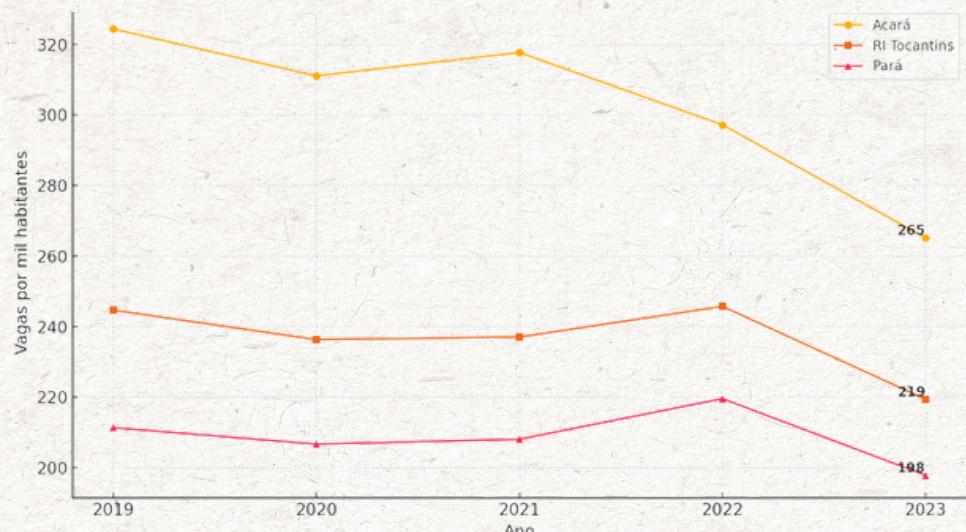
Apesar da queda, Acará mantém um patamar de oferta de vagas relativamente alto, o que é positivo do ponto de vista da cobertura educa-

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.



cional. Entretanto, é fundamental analisar também a qualidade do ensino e a adequação da infraestrutura, pois a mera existência de vagas não assegura o acesso efetivo ou o sucesso escolar. Diante disso, políticas públicas devem buscar não apenas recuperar a expansão de vagas, mas também aprimorar a capacidade das escolas em absorver alunos com qualidade, garantindo permanência e aprendizagem efetiva (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 265 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas públicas com acesso à internet em Acará apresentou uma evolução bastante positiva entre 2019 e 2023. Em 2019, apenas 24,4% das escolas estavam conectadas, mas esse percentual subiu para 53% em 2023, mais do que dobrando ao longo do período. Essa tendência de crescimento, ainda que lenta nos primeiros anos, se acelerou especialmente entre 2022 e 2023, sinalizando esforços recentes para equipar melhor as unidades escolares com infraestrutura digital, essencial para o ensino contemporâneo (Gráfico 8).

A trajetória de Acará, embora positiva, ainda mantém o município atrás da Região de Integração Tocantins e do es-

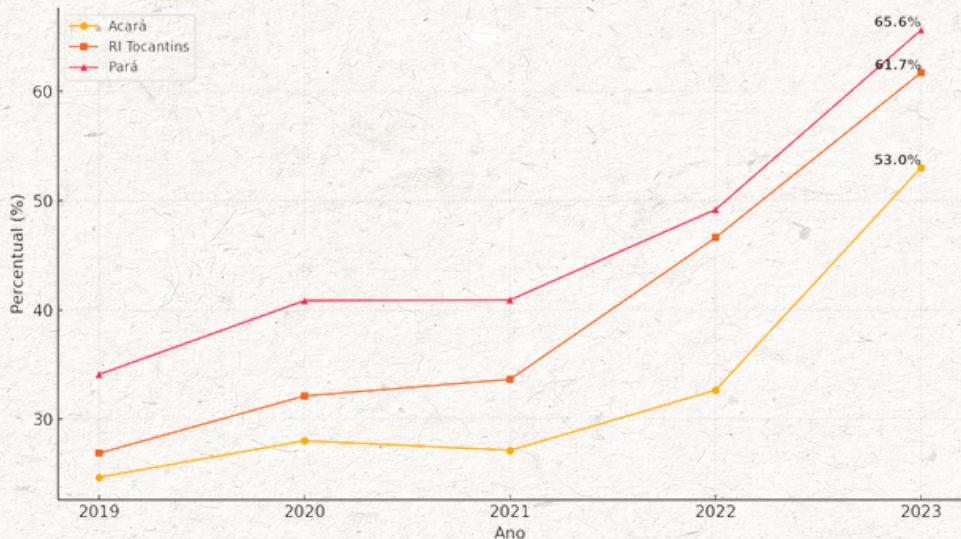
tado do Pará, que atingiram 61,7% e 65,6% de escolas conectadas em 2023, respectivamente. Desde 2019, tanto a RI Tocantins quanto o Pará apresentaram percentuais superiores, indicando que Acará parte de uma base mais atrasada e, mesmo com o avanço recente, ainda possui um considerável déficit no acesso digital nas escolas públicas. Essa situação limita as possibilidades de inovação pedagógica e de ampliação do uso de tecnologias na educação local (Gráfico 8).

O crescimento recente no percentual de escolas com acesso à internet é um sinal positivo de avanço na infraestrutura educacional de Acará, crucial para a inclusão di-

gital de crianças e adolescentes. No entanto, é importante destacar que o acesso à internet, por si só, não garante melhorias na aprendizagem; é necessário assegurar também a qualidade da conexão, a disponibilidade de equipamentos adequados e a formação dos professores para o uso pedagógico das tecnologias. Assim, a continuidade e o aprofundamento desses investimentos são fundamentais para reduzir desigualdades e promover uma educação mais inclusiva e moderna (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

No período de 2019 a 2022, o município de Acará não registrou casos de violência contra a mulher por parceiros, resultando em taxa zero por 100 mil habitantes nesses quatro anos. Esse comportamento pode indicar subnotificação, ausência de denúncias formais ou limitação na estrutura de atendimento e registro desses casos. Em 2023, o cenário apresentou alteração, com a taxa subindo para 3 casos por 100 mil habitantes. Embora esse valor ainda esteja abaixo da média estadual e regional, representa uma ruptura na série histórica anterior. O aumento pode refletir maior conscientização, melhoria nos mecanismos de denúncia ou crescimento real da violência doméstica. Esse

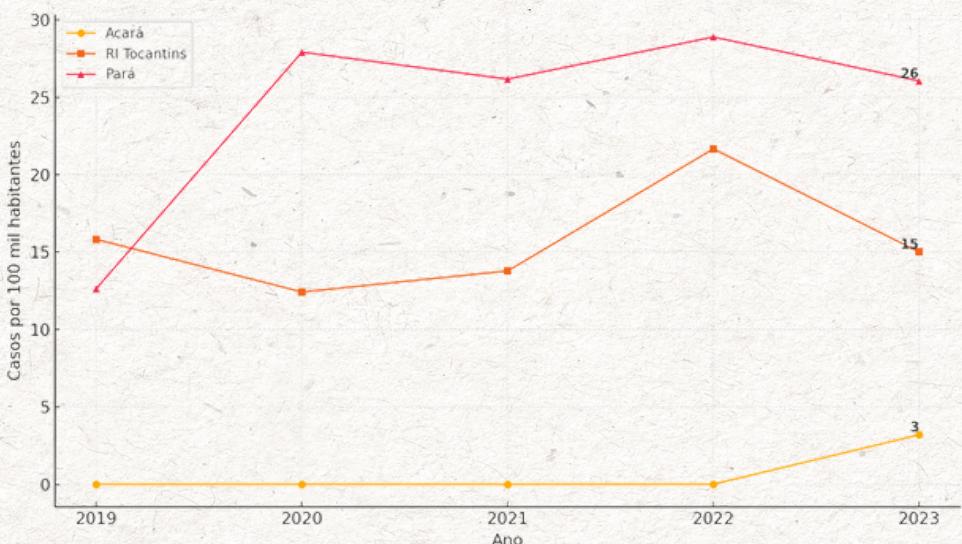


dado requer atenção para que políticas de prevenção e acolhimento sejam fortalecidas localmente (Gráfico 9).

Na Região de Integração Tocantins, a taxa de violência contra a mulher por parceiros foi de 16 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 13 em 2020 e voltou a subir gradualmente até atingir 22 em 2022. Em 2023, houve queda para 15 casos, retornando a um patamar próximo ao início da série. No estado do Pará, observou-se elevação acentuada entre 2019 e 2020, com a ta-

xa subindo de 13 para 28 casos por 100 mil habitantes. Após pequena queda em 2021 (26 casos), o indicador alcançou o maior valor da série em 2022, com 29 casos, seguido por recuo para 26 em 2023. Apesar da oscilação recente, o nível permanece elevado, sugerindo persistência da violência de gênero em todo o estado. A manutenção de altos índices reforça a necessidade de ações contínuas e integradas de enfrentamento à violência contra a mulher (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Acará apresentou uma trajetória de crescimento estável entre 2019 e 2023. Em 2019, as mulheres ocupavam cerca de 43,4% dos cargos gerenciais, número que decresceu consistentemente até 2023, quando atingiu 38,8%. Esse aumento pode refletir tanto políticas locais de incentivo à igualdade de gênero no mercado de trabalho quanto uma maior inserção das mulheres em espaços de decisão e liderança, conforme os avanços nas políticas de empoderamento feminino (Gráfico 10).

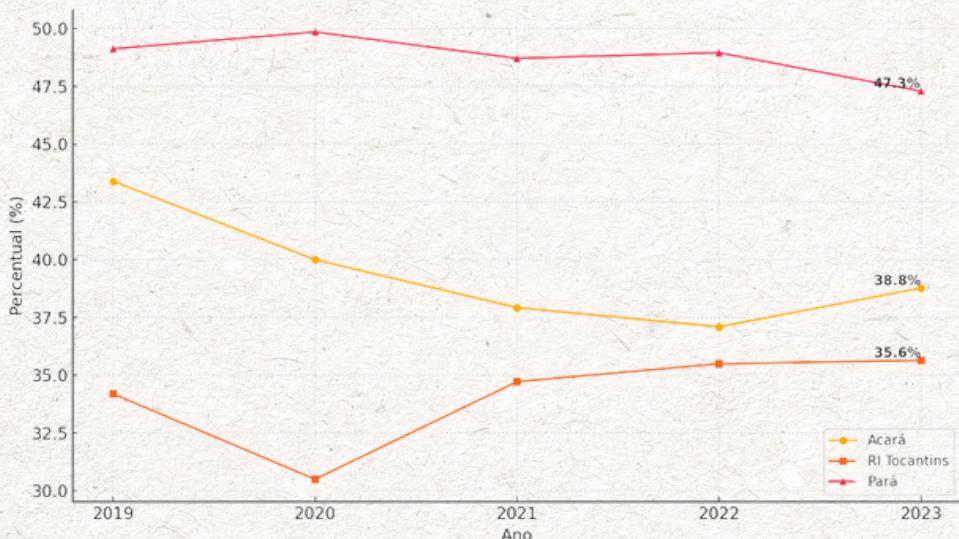


Acará ficou abaixo da média estadual (47,3%) e acima da Região de Integração Tocantins (35,6%) em 2023. Isso pode indicar que, apesar dos avanços, ainda existem barreiras culturais, estruturais e econômicas que limitam a ascensão das mulheres em cargos de liderança em Acará, um cenário que também é refletido em menor intensidade na RI Tocantins. Essa diferença entre Acará e o estado destaca a importância de políticas afirmativas e a implementação de medidas específicas para promover a paridade de gênero em cargos de poder e liderança (Gráfico 10).

A evolução positiva observada ao longo dos anos em Acará é um reflexo

das transformações sociais em curso, onde as mulheres estão gradualmente conquistando mais espaço nas esferas de tomada de decisão. No entanto, para que esse aumento seja ainda mais substancial, é necessário aprofundar ações no combate à discriminação de gênero, fomentar a formação e capacitação contínua das mulheres e implementar iniciativas de equidade salarial. O fortalecimento das políticas públicas voltadas para as mulheres e a criação de ambientes de trabalho mais inclusivos e igualitários são essenciais para garantir que o progresso obtido se traduza em mudanças estruturais e duradouras (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Acará, observa-se um cenário de estagnação e declínio no percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto entre 2019 e 2023. O indicador parte de um patamar em torno de 1,1% em 2019, apresentando uma ligeira queda até atingir 0,5% em 2023. Esse comportamento sinaliza retrocesso nas condições de saneamento básico para a população mais vulnerável localmente, destoando de tendências mais positivas em outros níveis territoriais. Na Região de Integração (RI) Tocantins, onde Acará está inserido, o indicador permanece relativamente estável, oscilando levemente e encerrando 2023 em 1,4%, o que ainda revela um cenário de

cobertura extremamente limitada (Gráfico 11).

No âmbito estadual, entretanto, a trajetória é de melhora contínua. O Pará como um todo viu seu percentual crescer de aproximadamente 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com destaque para o aumento mais expressivo entre 2021 e 2022. Esse avanço sugere que, em termos gerais, houve expansão das políticas de coleta de esgoto voltadas à população de baixa renda, ainda que de forma desigual entre os municípios. A discrepância entre Acará, RI Tocantins e o

estado evidencia a necessidade de políticas específicas para áreas onde o acesso a esse serviço básico continua extremamente limitado (Gráfico 11).

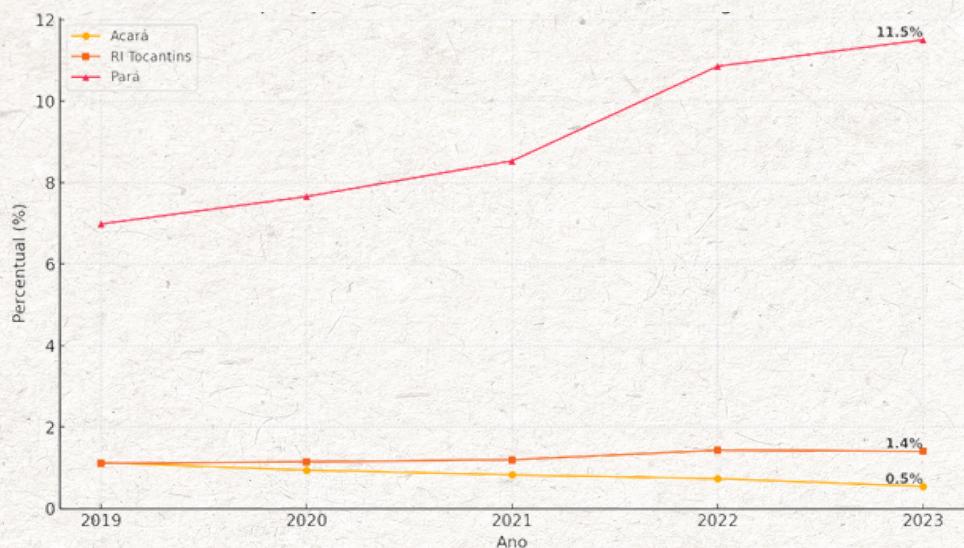
A distância entre o desempenho de Acará e o desempenho estadual acentua vulnerabilidades locais e indica a persistência de desigualdades territoriais. Apesar de um contexto estadual de avanços, o município se manteve aquém, com tendência de queda no atendimento da coleta de esgoto para a população de baixa renda. Este cenário eviden-



cia a importância de intervenções focalizadas para reverter a situação e garantir que as políticas de saneamento promovam inclusão também nos municípios menores e mais afastados dos grandes centros urbanos (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Quanto ao gasto municipal per capita com saneamento básico, Acará apresenta um comportamento de relativa estabilidade, porém com baixos valores em comparação com as outras esferas territoriais analisadas. Em 2019, o gasto era de cerca de R\$ 12 por habitante, tendo uma leve elevação em 2020 para aproximadamente R\$ 15, seguida de queda para cerca de R\$ 12 novamente em 2021. Nos anos subsequentes, 2022 e 2023, o gasto sobe modestamente, fechando o período em R\$ 14. Esses baixos valores, além da falta de crescimento consistente, ajudam a explicar a estagnação no indicador de coleta de esgoto no município (Gráfico 12).

Na Região de Integração Tocantins, a trajetória foi um pou-

co mais dinâmica. Apesar de uma queda entre 2019 e 2021, o gasto per capita aumentou de forma significativa em 2022, consolidando uma tendência de alta e encerrando 2023 com R\$ 27 por habitante, praticamente o dobro do valor de Acará. Isso demonstra que, embora também partindo de níveis modestos, houve esforços de recuperação do investimento em saneamento na região, diferentemente da realidade mais estagnada de Acará (Gráfico 12).

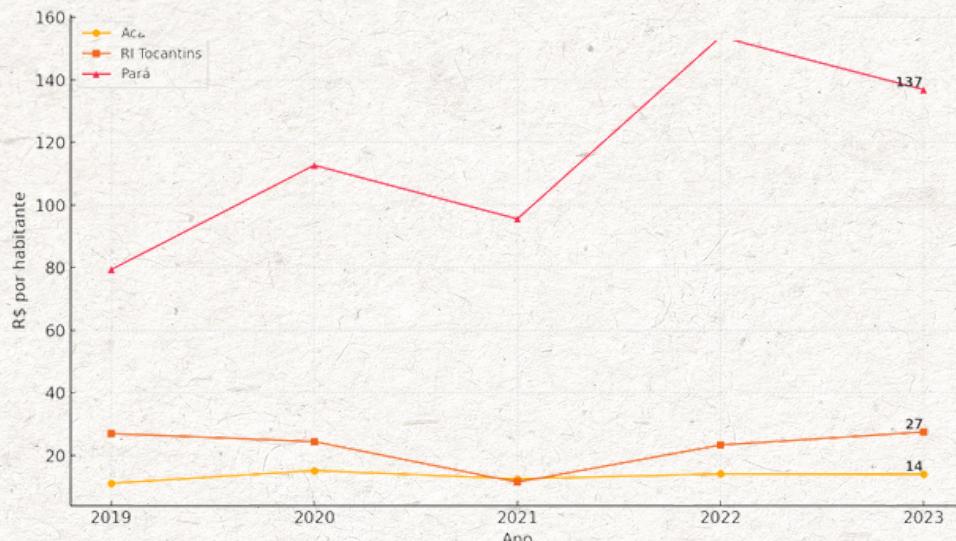
Em termos estaduais, o Pará apresentou uma evolução mais expressiva e também mais volátil. Partindo de aproximadamente R\$ 80 em 2019, o gasto alcançou R\$ 114 em 2020, caiu para R\$ 95 em 2021 e atingiu o pico de R\$ 154 em 2022, finalizando 2023 em R\$

137. Essa trajetória revela forte variabilidade, mas com uma tendência geral de aumento no esforço financeiro voltado ao saneamento. A comparação reforça que Acará e sua região estão significativamente abaixo da média estadual em termos de investimento, o que contribui para perpetuar déficits estruturais de acesso aos serviços básicos de saneamento (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



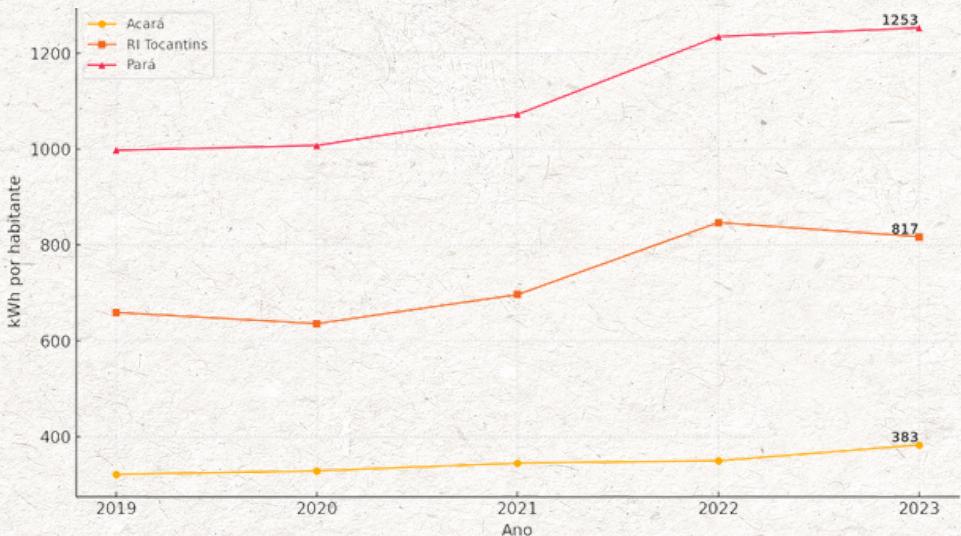
No município de Acará, o consumo de energia elétrica per capita apresentou uma trajetória de crescimento entre 2019 e 2023, ainda que partindo de níveis relativamente baixos. Em 2019, o consumo era de aproximadamente 320 kWh/hab., aumentando gradativamente para 383 kWh/hab. em 2023. Apesar desse incremento, o patamar de consumo em Acará continua muito inferior ao observado em sua Região de Integração (RI Tocantins) e no estado do Pará como um todo, refletindo limitações de acesso e possivelmente de infraestrutura elétrica na localidade (Gráfico 13).



Na RI Tocantins, o comportamento do consumo de energia também foi ascendente ao longo do período, saindo de cerca de 660 kWh/hab. em 2019 para 817 kWh/hab. em 2023, ainda que com uma pequena queda entre 2022 e 2023. A região acompanhou o movimento estadual de expansão do consumo, embora em níveis inferiores aos do estado como um todo. Esse crescimento mais expressivo a partir de 2021 indica melhorias no acesso e uso de energia elétrica na região, mesmo com a redução moderada no último ano da série (Gráfico 13).

O estado do Pará apresentou a maior evolução no consumo per capita, partindo de aproximadamente 1.000 kWh/hab. em 2019 e alcançando 1.253 kWh/hab. em 2023, com um forte salto entre 2021 e 2022. Essa tendência sugere ampliação do acesso, aumento da capacidade instalada e possivelmente crescimento econômico e urbano no estado. A disparidade entre o consumo estadual e o consumo em Acará evidencia a persistência de desigualdades regionais, que devem ser consideradas em políticas públicas de infraestrutura energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 383 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Acará, o percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação de fonte fóssil (como lamparinas a querosene) apresentou uma queda contínua e acentuada no período analisado. Em 2019, o percentual era elevado, próximo de 18%, reduzindo-se gradativamente até atingir 9,1% em 2023. Essa redução indica avanços importantes no acesso da população mais vulnerável à energia elétrica convencional, embora o percentual final ainda permaneça relativamente alto em comparação às médias estadual e regional (Gráfico 14).



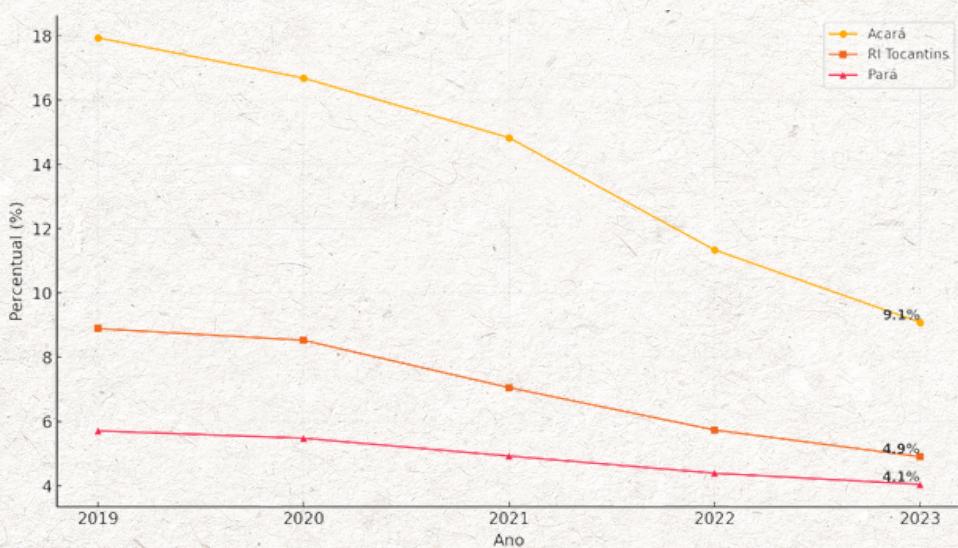
A RI Tocantins também apresentou queda expressiva no indicador, saindo de 8,9% em 2019 para 4,9% em 2023. Embora tenha iniciado o período com valores menores que os de Acará, a redução constante sugere que esforços regionais em expansão de rede elétrica ou regularização do fornecimento de energia beneficiaram significativamente a população de baixa renda da região. Ainda assim, o percentual final aponta que parte dos domicílios ainda carece de iluminação elétrica adequada (Gráfico 14).

O estado do Pará registrou o

melhor desempenho relativo, reduzindo o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. A evolução estadual mostra que houve avanços consistentes na universalização do acesso à eletricidade, mas também evidencia que a desigualdade intraestadual persiste, com municípios como Acará ainda apresentando taxas muito superiores à média do estado. Isso reforça a necessidade de políticas específicas para a erradicação da iluminação inadequada nas áreas mais vulneráveis (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

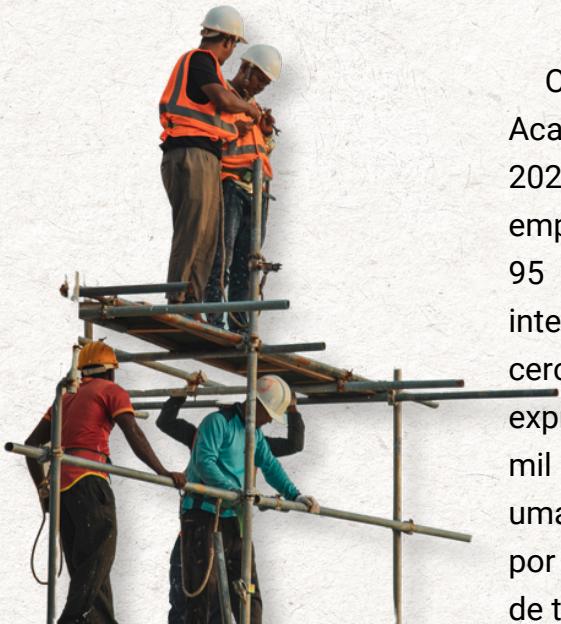


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



O indicador de empregos formais por mil habitantes em Acará apresentou oscilações ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrava aproximadamente 75 empregos formais por mil habitantes, subindo para cerca de 95 em 2020. Contudo, essa tendência positiva foi interrompida em 2021, quando houve uma redução para cerca de 84 empregos, seguida de uma recuperação expressiva em 2022, atingindo 104 empregos formais por mil habitantes. No entanto, em 2023, Acará voltou a registrar uma queda, finalizando o período com 87 empregos formais por mil habitantes, sinalizando instabilidade no seu mercado de trabalho formal (Gráfico 15).

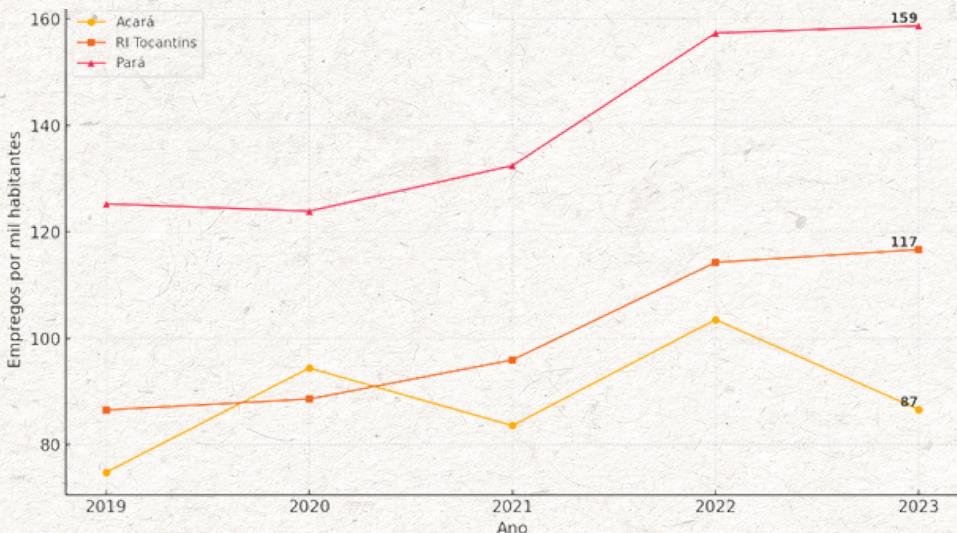
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Tocantins, o indicador mostrou um comportamento de crescimento mais contínuo e consistente. Partindo de cerca de 87 empregos formais por mil habitantes em 2019, a RI Tocantins registrou aumentos progressivos ao longo dos anos, alcançando 117 em 2023. A região, embora tenha começado próximo dos níveis de Acará, conseguiu manter uma trajetória ascendente, refletindo uma dinâmica econômica regional mais favorável à criação e manutenção de empregos formais ao longo do quinquênio (Gráfico 15).



O estado do Pará, por sua vez, apresentou o desempenho mais robusto dentre os três níveis territoriais analisados. Em 2019, o estado contava com aproximadamente 125 empregos formais por mil habitantes, mantendo-se relativamente estável até 2020, seguido por um crescimento expressivo que culminou em 159 empregos em 2023. Essa expansão estadual mostra que, de modo geral, o Pará conseguiu promover uma forte formalização do mercado de trabalho no período, embora o desempenho de municípios como Acará revele que esse crescimento não foi uniformemente distribuído em todo o território paraense (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

No município de Acará, o PIB per capita apresentou oscilações significativas ao longo do período de 2018 a 2022. Em 2018, o valor era de cerca de R\$ 16.500, sofrendo uma queda em 2019 para aproximadamente R\$ 13.700. A partir de 2020, o município retomou uma trajetória de crescimento, com destaque para 2021, quando o PIB per capita atingiu cerca de R\$ 25.700, antes de recuar em 2022 para R\$ 21.592. Esse comportamento indica vulnerabilidade econô-



mica local e forte sensibilidade a fatores externos, como variações na atividade agropecuária ou impactos econômicos decorrentes da pandemia (Gráfico 16).

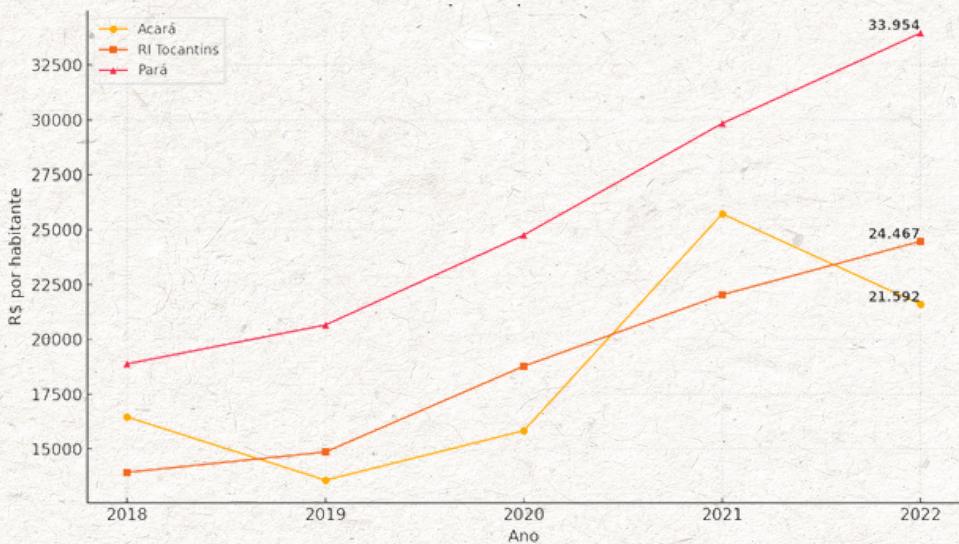
Na Região de Integração Tocantins, onde Acará está inse-

rido, o PIB per capita demonstrou uma trajetória de crescimento mais contínua e estável. Em 2018, o valor era de aproximadamente R\$ 14.000, evoluindo de forma progressiva até atingir R\$ 24.467 em 2022. Esse crescimento consistente sugere uma base econômica regional mais diversificada ou resiliente em comparação à realidade do município de Acará, capaz de sustentar expansão mesmo diante de contextos econômicos adversos (Gráfico 16).



O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento expressivo do PIB per capita ao longo de todo o período analisado. Saindo de cerca de R\$ 18.900 em 2018, o valor saltou para R\$ 33.954 em 2022, quase dobrando em quatro anos. O desempenho estadual reflete a força de setores estratégicos como mineração e indústria de transformação, responsáveis por puxar o crescimento econômico de maneira mais vigorosa, evidenciando a distância entre a dinâmica econômica estadual e a realidade de municípios menores como Acará (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Acará x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21.592/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Acará, a participação da indústria no PIB local permaneceu muito baixa durante todo o período analisado, flutuando entre 4,5% em 2018 e apenas 3,8% em 2022. Houve uma pequena queda entre 2018 e 2020, seguida de uma leve recuperação em 2021, mas o patamar geral permaneceu extremamente reduzido. Esse dado confirma que a economia do município é predominantemente baseada em outros setores, como a agropecuária e serviços, com reduzida presença de atividades industriais capazes de agregar maior valor econômico (Gráfico 17).

Na Região de Integração Tocantins, o valor adicionado da indústria ao PIB mostrou crescimento contínuo. Em 2018, o setor representava cerca de 19,7% do PIB regional, avançando gradualmente até atingir 29,2% em 2022. Essa evolução aponta para um fortalecimento do setor industrial na região, possivelmente impulsionado por atividades ligadas à agroindústria, extração mineral ou setores de transformação, refletindo maior capacidade de diversificação produtiva em comparação a municípios isolados como Acará (Gráfico 17).

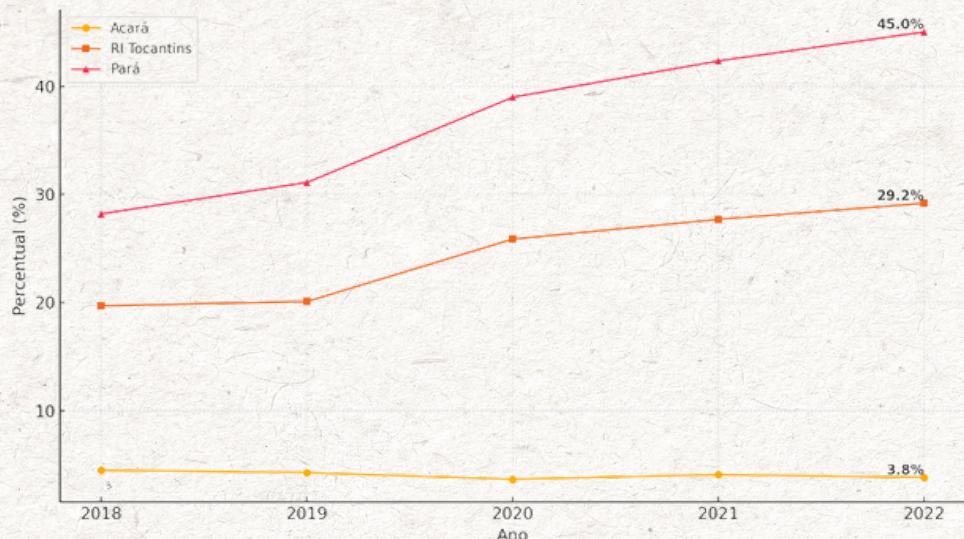
Em escala estadual, o Pará apresentou um crescimento

ainda mais expressivo da participação da indústria no PIB, saltando de 28,3% em 2018 para 45% em 2022. Essa trajetória revela a centralidade da atividade industrial – especialmente mineração e siderurgia – na estrutura econômica paraense. O forte dinamismo industrial estadual contrasta com a baixa industrialização de Acará, evidenciando a concentração dos ganhos econômicos em polos específicos e a necessidade de políticas de interiorização do desenvolvimento industrial (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Acará x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O indicador de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Acará apresentou um comportamento instável entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava cerca de 12,7 profissionais, avançando ligeiramente em 2020 para 13,9. Contudo, a partir de 2021, iniciou-se uma trajetória de queda: primeiro para 12 profissionais, depois uma leve recuperação em 2022 (13,3),



culminando com forte retração em 2023, quando o índice recuou para apenas 10 profissionais por 100 mil habitantes. Essa trajetória evidencia a dificuldade de Acará em manter e atrair profissionais da área científica, o que pode comprometer iniciativas locais de inovação e desenvolvimento tecnológico (Gráfico 18).

A Região de Integração Tocantins, por outro lado, apresentou evolução positiva no período. O indicador, que estava em torno de 10,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, cresceu de forma constante, alcançando 15 profissionais em 2023. Apesar dos valores absolutos ainda serem modestos, o crescimento sustentado sugere que a região vem ampliando sua capacidade de retenção ou formação de profissionais da ciência, possivelmente impulsionada por melhorias na educação superior ou pelo fortalecimento de polos regionais de inovação (Gráfico 18).

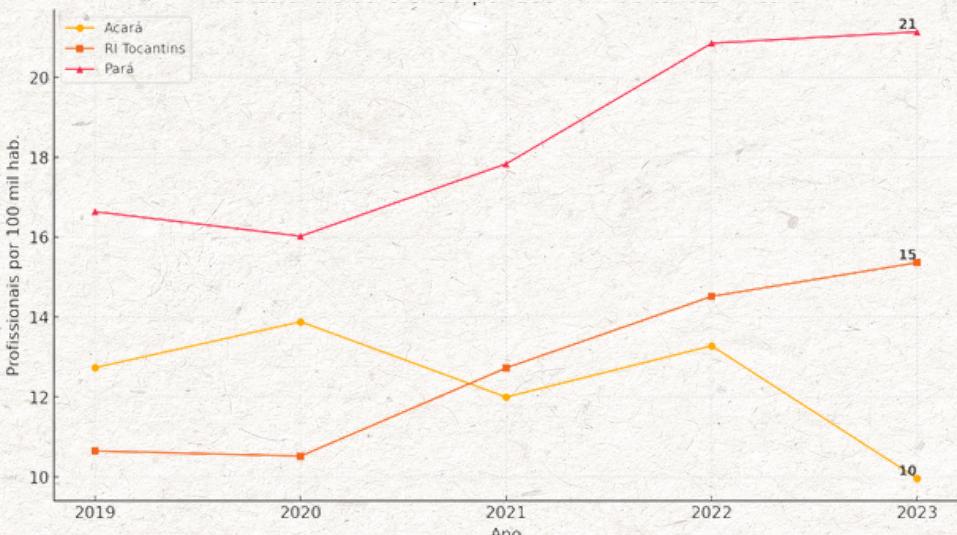
Em nível estadual, o Pará demonstrou um desempenho





ainda mais robusto. O número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes passou de cerca de 16,7 em 2019 para 21 em 2023, com crescimento consistente ao longo do período, especialmente após 2021. Essa tendência reflete avanços na estrutura de pesquisa, ensino superior e políticas públicas de ciência e tecnologia no estado. A comparação evidencia que, enquanto o Pará como um todo avança, municípios como Acará enfrentam dificuldades para acompanhar esse movimento, indicando a necessidade de políticas específicas de interiorização da formação e fixação de profissionais científicos (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

O município de Acará apresentou variações acentuadas na massa salarial dos vínculos formais como proporção do PIB entre 2019 e 2022. Em 2019, o indicador situava-se em 1,39%, subindo levemente para 1,47% em 2020, o que indicava uma participação razoável dos salários formais na atividade econômica municipal. Contudo, em 2021, houve uma queda brusca para apenas 0,78%, revelando um enfraquecimento expressivo do mercado formal de trabalho ou, alternativamente, um crescimento do PIB não acompanhado de valorização salarial. Em 2022, o percentual se recuperou, alcançando 1,33%, mas ainda sem retornar ao pa-

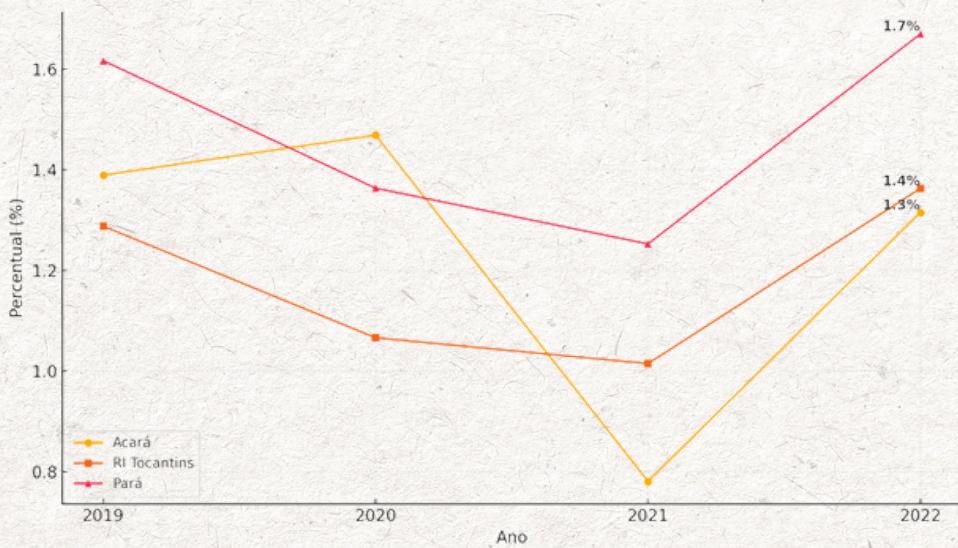
tamar de 2020, demonstrando uma recuperação parcial (Gráfico 19).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi semelhante, mas com oscilações menos intensas. O percentual caiu de 1,29% em 2019 para 1,07% em 2020 e atingiu o ponto mais baixo em 2021, com 1,02%. A partir daí, a RI Tocantins registrou uma recuperação mais firme em 2022, atingindo 1,4%. A região demonstrou maior estabilidade em comparação a Acará, com uma trajetória de queda mais gradual e uma retomada mais vigorosa, sugerindo resiliência relativa no mercado de trabalho formal e capacidade de recuperação diante de crises

econômicas recentes (Gráfico 19).

Em termos estaduais, o Pará apresentou o comportamento mais robusto. Partindo de 1,62 % em 2019, o indicador sofreu quedas em 2020 (1,36%) e 2021 (1,26%), mas teve uma recuperação expressiva em 2022, quando atingiu 1,70%, superando inclusive o valor de 2019. Esse resultado sugere que, no agregado estadual, houve fortalecimento do emprego formal e aumento relativo dos salários em relação ao PIB. A comparação evidencia que tanto Acará quanto a RI Tocantins têm mercados de trabalho formais mais frágeis em relação ao dinamismo observado na economia estadual (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

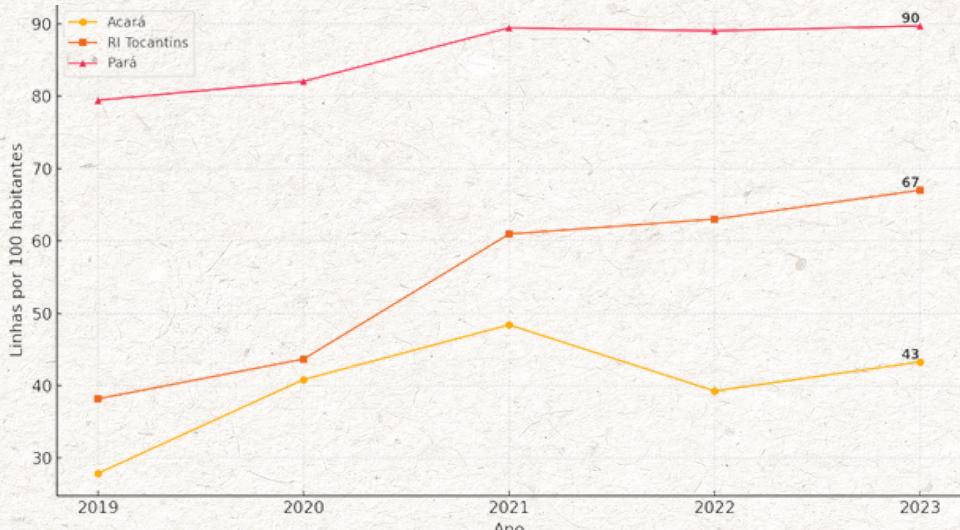
No município de Acará, o acesso à telefonia móvel, medido em linhas por 100 habitantes, apresentou uma trajetória inicial de crescimento, seguida por uma queda e posterior recuperação parcial. Em 2019, o município registrava cerca de 28 linhas móveis por 100 habitantes, avançando para 41 em 2020 e atingindo 48 em 2021. Contudo, em 2022 houve uma queda expressiva para 39 linhas, seguida de uma leve retomada em 2023, alcançando 43 linhas. Apesar da recuperação no último ano, Acará ainda apresenta níveis de acesso bem inferiores aos da média regional e estadual, evidenciando desigualdades no acesso às tecnologias de comunicação (Gráfico 20).

Na Região de Integração Tocantins, o acesso à telefonia móvel seguiu uma trajetória de crescimento mais consistente ao longo do período. Em 2019, o indicador estava em torno de 38 linhas por 100 habitantes, subindo de forma contínua até atingir 67 em 2023. Essa evolução sugere um avanço significativo na cobertura e no uso de serviços móveis na região, o que pode ser resultado de investimentos em infraestrutura e de uma maior penetração dos serviços de telecomunicações no interior do estado (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

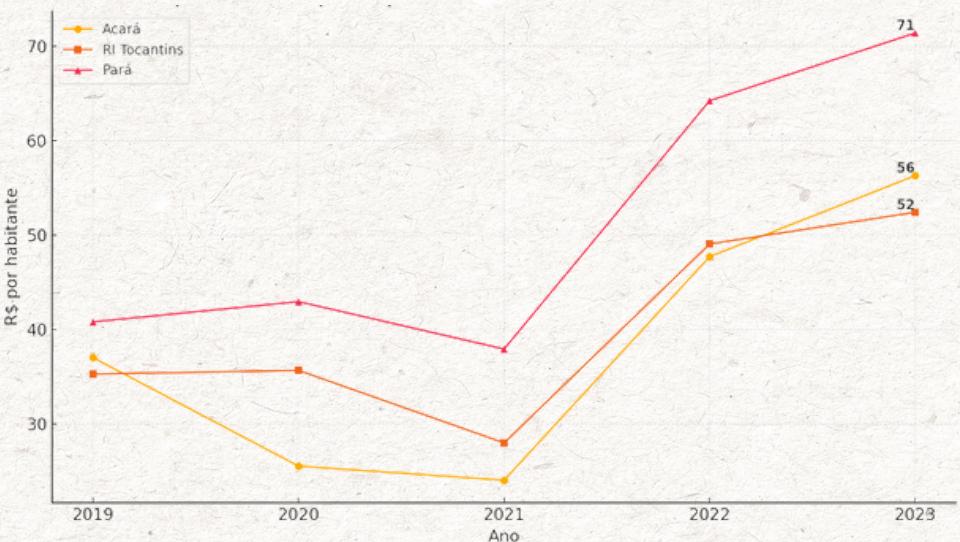
Em Acará, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou grande volatilidade entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com um gasto de cerca de R\$ 37 por habitante em 2019, mas sofreu uma queda expressiva para R\$ 26 em 2020 e R\$ 24 em 2021. A partir de 2022, houve forte recuperação, com o valor saltando para R\$ 48, encerrando 2023 com R\$ 56 por habitante. Esse comportamento reflete a priorização variável desses setores nas políticas públicas locais ao longo dos anos, com avanços recentes que podem indicar maior reconhecimento da importância da cultura e da gestão ambiental (Gráfico 21).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução da despesa também foi marcada por variações. O gasto permaneceu praticamente estável entre 2019 e 2020 (cerca de R\$ 35), mas sofreu uma queda em 2021, atingindo R\$ 28. Em 2022, houve uma recuperação importante para R\$ 49, com leve aumento para R\$ 52 em 2023. A região demonstra comportamento similar ao de Acará, mas com menor intensidade nas oscilações, sinalizando um esforço mais consistente para recompor os investimentos em cultura e meio ambiente após o impacto econômico dos primeiros anos da pandemia (Gráfico 21).

No âmbito estadual, o Pará apresentou desempenho superior em termos de volume de investimento per capita nesses setores. Em 2019, o valor era de R\$ 41, subindo levemente para R\$ 43 em 2020, seguido por uma queda em 2021 (R\$ 38), mas com uma recuperação expressiva em 2022 (R\$ 64) e crescimento adicional em 2023, quando atingiu R\$ 71 por habitante. Essa trajetória revela que, no agregado estadual, houve priorização crescente das políticas culturais e ambientais, com avanços mais rápidos e consistentes do que os observados em Acará e sua região de integração (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 56/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

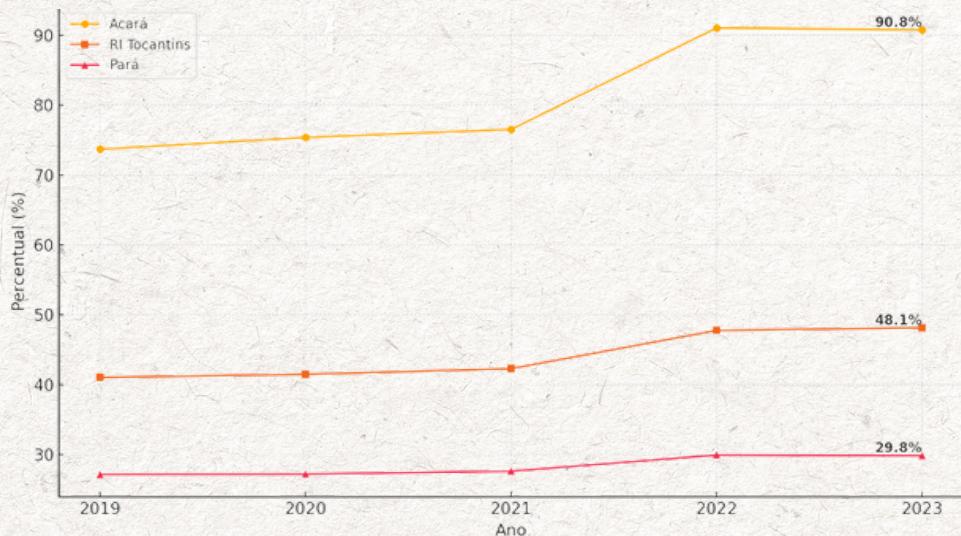
Em Acará, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o lixo apresentou uma tendência de alta ao longo de todo o período analisado. Em 2019, o indicador já era elevado, em torno de 73,8%, crescendo gradativamente até atingir 76,5% em 2021, com um salto expressivo para 90,8% em 2022 e mantendo esse patamar em 2023. Esses números mostram que o problema de destinação inadequada do lixo entre a população de baixa renda se agravou substancialmente no município, evidenciando fragilidades nas políticas pú-

blicas de gestão de resíduos sólidos (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tocantins, a situação também é preocupante, mas o crescimento foi menos acentuado. Em 2019, cerca de 41% da população de baixa renda realizava a prática de queimar ou enterrar lixo, chegando a 48,1% em 2023. Apesar do avanço do problema, os percentuais são consideravelmente mais baixos do que os verificados em Acará, o que sugere melhores condições relativas de acesso à coleta regular de resíduos na região como um todo (Gráfico 22).

No estado do Pará, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se mais controlado, partindo de 26,8% em 2019 para 29,8% em 2023. O crescimento foi modesto e a situação é significativamente melhor do que em Acará e mesmo na RI Tocantins. Isso indica que, em termos estaduais, houve maior eficácia em políticas públicas de expansão da coleta de lixo, mas também revela grandes desigualdades territoriais internas que precisam ser combatidas com ações específicas voltadas aos municípios mais vulneráveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou entoram lixo, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

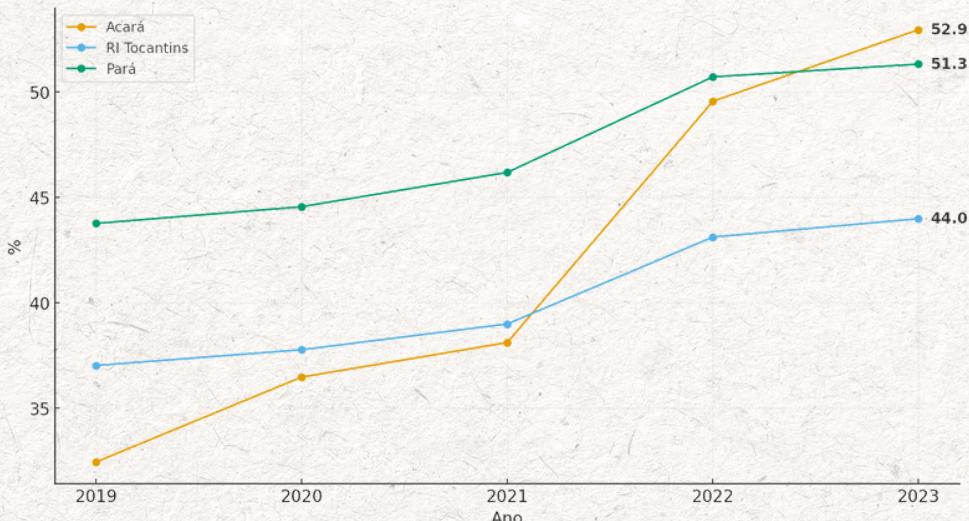
No município de Acará, a proporção de população de baixa renda com fossa rudimentar aumentou significativamente entre 2019 e 2023. O indicador passou de 32,0% em 2019 para 36,5% em 2020 e 38,0% em 2021, alcançando expressivos 49,7% em 2022 e 52,9% em 2023. O crescimento de mais de vinte pontos percentuais em cinco anos revela deterioração nas condições de saneamento entre as famílias vulneráveis, o que pode estar relacionado à expansão populacional em áreas sem infraestrutura adequada. Essa tendência sugere sobrecarga na rede de saneamento e insu-

ficiência de políticas de atendimento à população de baixa renda (Gráfico 23).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento também foi de crescimento, embora em ritmo menor. O percentual subiu de 37,0% em 2019 para 37,5% em 2020 e 38,8% em 2021, com avanço para 43,2% em 2022 e 44,0% em 2023. A elevação gradual indica que as carências de saneamento são persistentes e de caráter estrutural, atingindo especialmente áreas rurais e periferias urbanas. No estado do Pará, o índice aumentou de 44,0% em 2019 para 44,6% em 2020, 46,3% em

2021, 50,7% em 2022 e 51,3% em 2023. Essa evolução evidencia que, apesar dos avanços pontuais, a precariedade sanitária segue ampliada entre os mais pobres, com desafios significativos para as políticas públicas de saneamento básico e inclusão social (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



O município de Acará apresentou uma trajetória bastante irregular no indicador de gastos per capita com prevenção de desastres ao longo do período de 2019 a 2023. Entre 2019 e 2021, o município manteve níveis muito baixos, em torno de R\$ 17 por habitante, demonstrando baixa prioridade orçamentária para essa área. Em 2022, houve um salto extraordinário nos gastos, atingindo R\$ 412 por habitante, valor que se aproximou da média estadual e regional, mas em 2023 os gastos recuaram para R\$ 341, indicando perda parcial do fô-

lego desse esforço de investimento em prevenção (Gráfico 24).

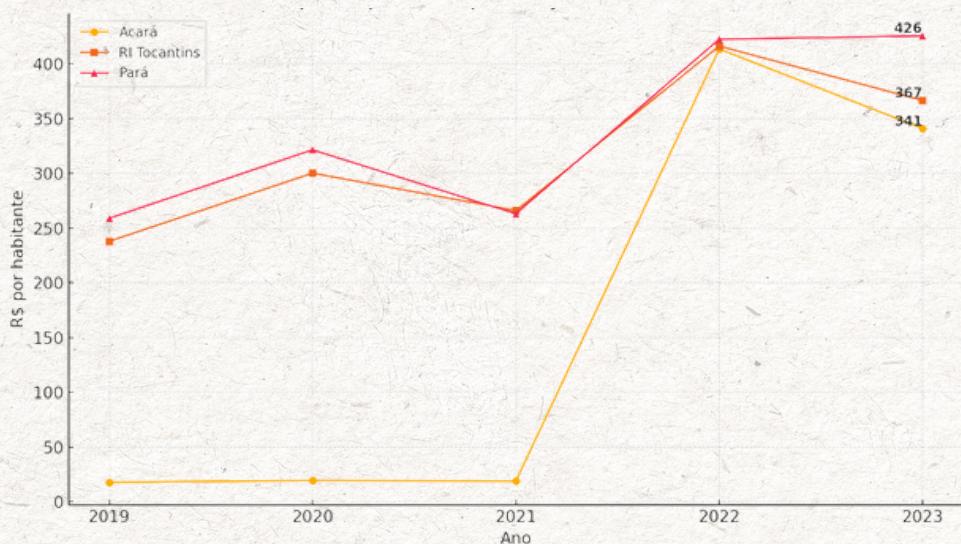
Na Região de Integração Tocantins, os gastos com prevenção de desastres apresentaram um comportamento mais consistente. Partindo de R\$ 239 em 2019, a região viu o valor subir para R\$ 300 em 2020, recuar em 2021 para R\$ 266 e, posteriormente, saltar para R\$ 419 em 2022, antes de diminuir levemente para R\$ 367 em 2023. Apesar das oscilações, os valores foram sempre consideravelmente superiores aos de Acará até 2021, mostrando que, regio-



nalmente, o tema de prevenção de desastres foi tratado com mais regularidade (Gráfico 24).

O estado do Pará como um todo também demonstrou uma trajetória de crescimento nos gastos com prevenção de desastres, começando em R\$ 258 em 2019 e alcançando R\$ 426 em 2022, com um leve recuo para R\$ 426 em 2023. O comportamento estadual revela esforços consistentes de aumento da capacidade preventiva frente a riscos ambientais e climáticos. Comparando os três níveis territoriais, observa-se que Acará precisou de uma forte aceleração recente para se aproximar do padrão estadual e regional (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 341/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em relação às despesas per capita com preservação aquática, Acará apresentou uma evolução gradual e contínua de crescimento ao longo do período. Partindo de cerca de R\$ 175 por habitante em 2019, o município alcançou R\$ 223 em 2020, subiu para R\$ 270 em 2021, R\$ 309 em 2022 e chegou a R\$ 400 em 2023. Esse comportamento indica um investimento crescente e regular do município nessa área, com especial atenção à proteção de recursos hídricos e ecossistemas aquáticos, o que é um ponto positivo frente à crise ambiental (Gráfico 25).

A Região de Integração Tocantins, no entanto, apresentou níveis de despesa muito



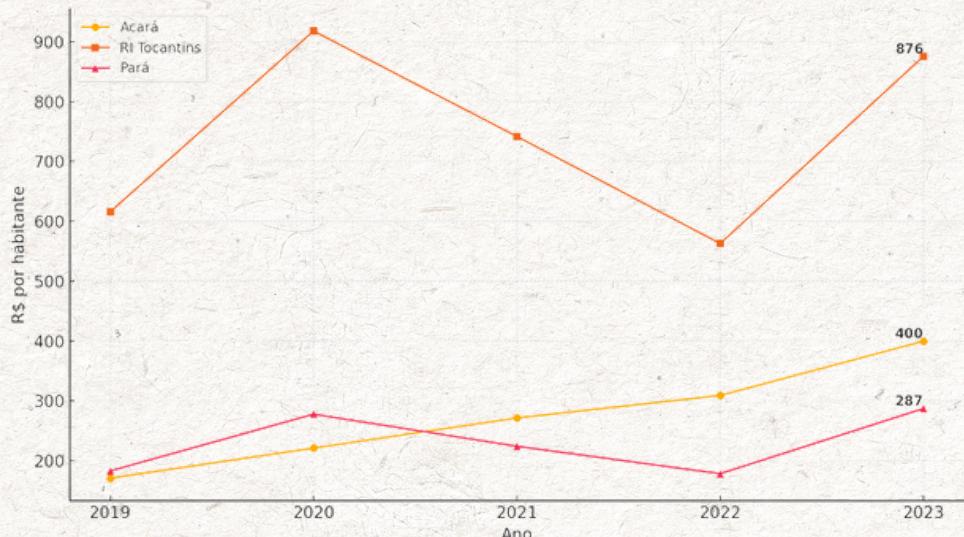
superiores aos de Acará em todo o período. Em 2019, o gasto per capita era de R\$ 615, saltando para R\$ 922 em 2020, recuando para R\$ 735 em 2021 e depois para R\$ 563 em 2022, antes de retomar para R\$ 876 em 2023. Apesar das oscilações, os gastos na região se mantiveram em patamares significativamente mais elevados, evidenciando forte prioridade regional na preservação dos recursos aquáticos (Gráfico 25).

O estado do Pará, por sua vez, mostrou uma trajetória de crescimento moderado, saindo de R\$ 184 em 2019 para R\$ 287 em 2023. Houve elevações expressivas em 2020 e 2023, mas com queda em 2022. De modo geral, embora o investimento estadual tenha crescido, ele permaneceu mais modesto em relação aos valores da RI Tocantins. Acará, por sua vez, conseguiu ultrapassar a média estadual em



2022 e 2023, sinalizando um esforço local de valorização da agenda ambiental (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 400/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Acará, o percentual da área de floresta em relação à área total apresentou uma tendência de leve queda entre 2019 e 2021, saindo de 42,3% para 41,2%. A partir de 2022, houve uma pequena recuperação, estabilizando-se em 41,1% em 2023. Essa trajetória indica que, apesar das flutuações, o município conseguiu conter um agravamento maior da perda florestal, embora o percentual ainda seja relativamente baixo quando comparado a áreas de floresta mais preservadas do estado (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução do percentual foi mais instável. Partindo de 42,6% em 2019, a RI Tocantins manteve valores relativamente estáveis até 2021,

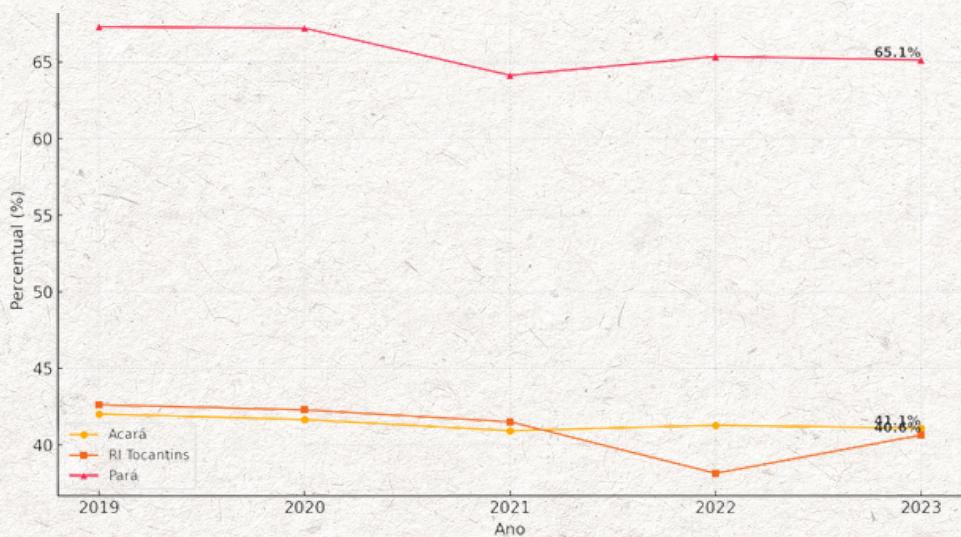
mas sofreu uma queda acentuada em 2022 para 38,1%, recuperando-se parcialmente em 2023 para 40,6%. A região mostra maior volatilidade, o que pode estar relacionado a pressões mais intensas de ex-

pansão agropecuária ou extrativismo sobre as áreas florestais (Gráfico 26).

Já no estado do Pará, o percentual de área de floresta foi muito superior ao de Acará e da RI Tocantins ao longo de todo o período. Em 2019, a cobertura florestal era de aproximadamente 67%, caindo levemente para 64,2% em 2021 e se recuperando para 65,1% em 2023. Apesar de alguma oscilação, o Pará manteve uma cobertura elevada, evidenciando esforços mais efetivos de conservação florestal em nível estadual, ainda que persistam desafios de preservação em várias regiões (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

No município de Acará, o percentual da área desmatada em relação à área total manteve-se em tendência de crescimento entre 2019 e 2023. O valor saiu de 55,6% em 2019, subindo para 56,1% em 2020, 56,5% em 2021, 56,6% em 2022 e atingindo 57,2% em 2023. Esse aumento contínuo, ainda que em ritmo moderado, revela uma pressão persistente sobre os recursos naturais locais, o que acende um alerta sobre a sustentabilidade ambiental do município (Gráfico 27).

Na Região de Integração Tocantins, o percentual de área desmatada também permaneceu elevado, variando de 43,7% em 2019 para 45,6% em 2023. Embora o crescimento

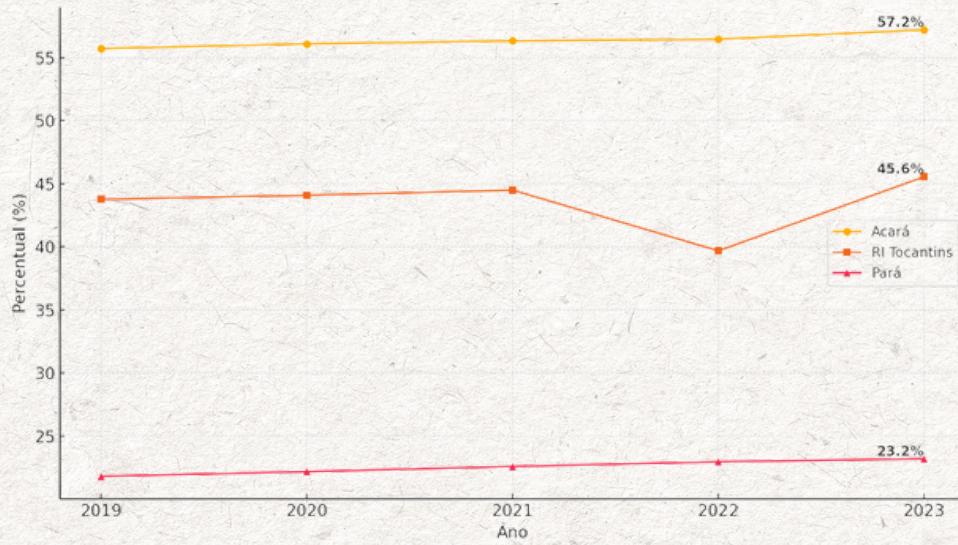
crescimento tenha sido mais discreto e com certa queda em 2022 (quando atingiu 40 %), a trajetória geral confirma que o desmatamento ainda é um desafio crítico para a região, com impactos potenciais sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos (Gráfico 27).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou níveis muito inferiores de área desmatada em comparação com Acará e a RI Tocantins. O percentual cresceu moderadamente de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023, mostrando que, em termos gerais, o estado conseguiu preservar melhor suas áreas florestais, apesar de pressões constantes sobre o território. A situação mais fa-

vorável em nível estadual reforça a necessidade de estratégias específicas para frear o avanço do desmatamento em áreas mais vulneráveis como Acará e sua região (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

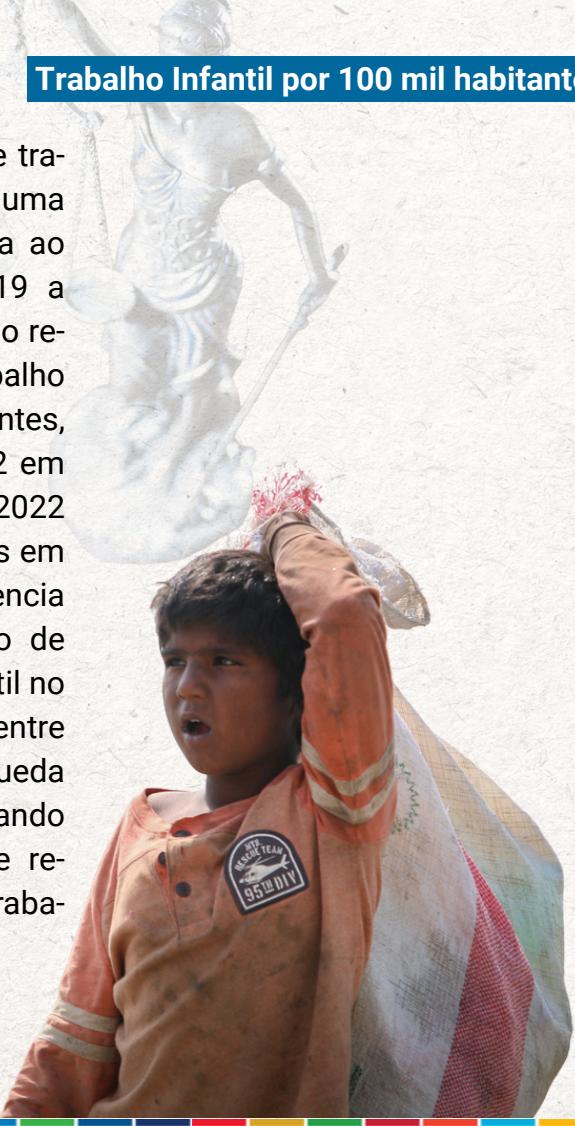
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Acará, o indicador de trabalho infantil apresentou uma queda bastante expressiva ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrava 142 casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes, número que caiu para 112 em 2020, 77 em 2021, 36 em 2022 e finalmente para 19 casos em 2023. Essa trajetória evidencia um esforço bem-sucedido de combate ao trabalho infantil no município, especialmente entre 2021 e 2022, quando a queda foi mais acentuada, alinhando Acará com tendências de redução da exploração do trabalho infantil (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

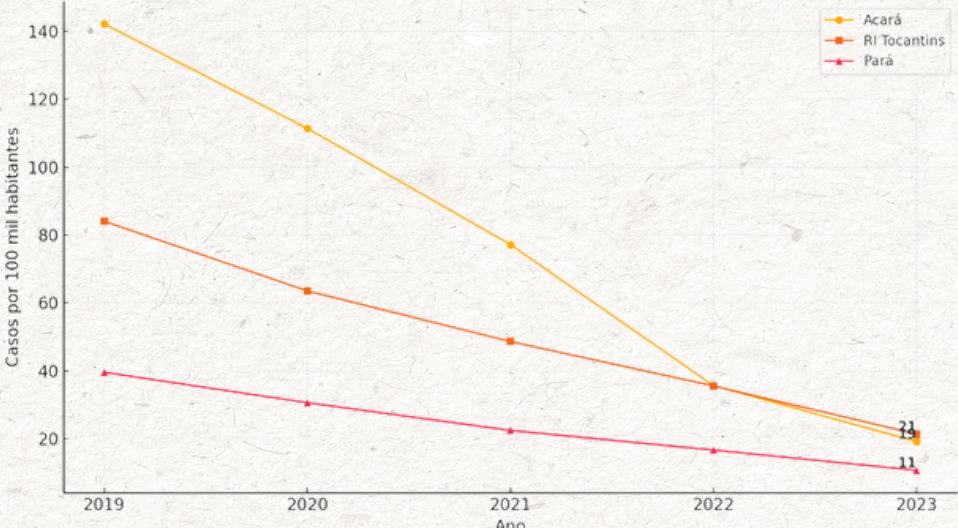
Na Região de Integração Tocantins, o movimento também foi de queda constante, embora partindo de patamares mais baixos que os de Acará. Em 2019, a RI registrava cerca de 84 casos por 100 mil habitantes, recuando para 64 em 2020, 49 em 2021, 36 em 2022 e encerrando 2023 com 21 casos. O ritmo de queda foi semelhante ao de Acará nos anos recentes, o que aponta para ações regionais consistentes de combate ao trabalho infantil, embora a trajetória inicial tenha sido menos alarmante que a do município (Gráfico 28).





No estado do Pará, o indicador de trabalho infantil também mostrou redução contínua e significativa. Em 2019, havia 40 casos por 100 mil habitantes, número que caiu para 31 em 2020, 23 em 2021, 17 em 2022 e 11 em 2023. A trajetória estadual é mais linear e evidencia que a redução do trabalho infantil é uma tendência consolidada no estado, refletindo provavelmente o fortalecimento de políticas públicas, programas sociais e fiscalização no combate a essa prática (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

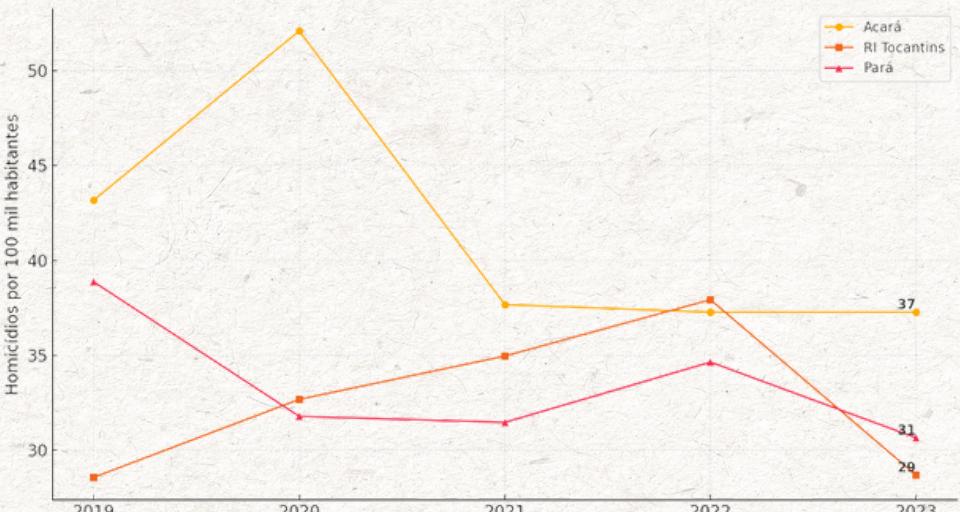
No município de Acará, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou oscilações ao longo do período. Em 2019, a taxa era de aproximadamente 43 homicídios, subindo para 52 em 2020 – o pico da série histórica – antes de recuar para 38 em 2021. Em 2022, houve uma pequena redução para 37 homicídios, patamar que se manteve estável em 2023. Apesar da queda em relação ao pico de 2020, a taxa ainda permanece elevada, indicando que a violência letal continua sendo um problema relevante no município (Gráfico 29).

Na Região de Integração Tocantins, a tendência foi de crescimento gradual da taxa de homicídios até 2022, seguido de queda em 2023. Partindo de 28 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, a região registrou 32 em 2020, 35 em 2021, alcançando 38 em 2022, antes de cair para 29 em 2023. O movimento indica uma melhora recente no controle da violência, mas o crescimento observado até 2022 revela que a insegurança foi uma preocupação crescente na região durante boa parte do período (Gráfico 29).

No estado do Pará, o comportamento foi de queda contínua na taxa de homicídios entre 2019 e 2021, seguido de leve alta em 2022 e nova redução em 2023. A taxa estadual caiu de 39 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 para 32 em 2020 e 31 em 2021, subindo para 35 em 2022 e voltando a 31 em 2023. Esses números mostram que, apesar de flutuações pontuais, o estado do Pará conseguiu sustentar uma tendência de diminuição da violência letal, diferentemente das variações mais instáveis observadas em Acará e na RI Tocantins (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

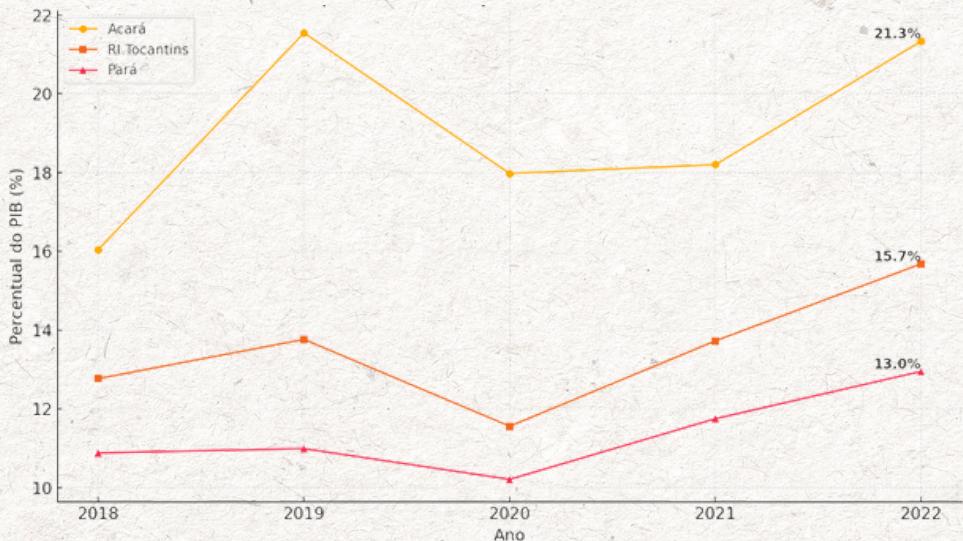
O município de Acará apresentou uma trajetória de aumento no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB entre 2018 e 2022, embora com oscilações relevantes. Em 2018, o gasto representava cerca de 16% do PIB municipal, saltando para 21,6% em 2019, um pico importante que reflete possível aumento de despesas públicas naquele ano. Em 2020, o percentual caiu para 18%, permanecendo relativamente estável em 2021 (18,2%), mas voltou a crescer de forma expressiva em 2022, alcançando 21,3%. Essa evolução sugere que, mesmo diante de flutuações, o peso da administração pública sobre a economia local tem se mantido elevado, indicando forte dependência do setor pú-

blico na dinâmica econômica do município (Gráfico 30).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento do indicador também foi de crescimento, embora em níveis inferiores aos de Acará. Partindo de 12,8% em 2018, o gasto público municipal em relação ao PIB subiu para 13,8% em 2019, caiu para 11,6% em 2020 – refletindo provavelmente os efeitos da pandemia –, mas recuperou-se em 2021 (13,8%) e 2022 (15,7%). A trajetória revela uma retomada consistente do protagonismo do setor público na região, ainda que sem os mesmos saltos acentuados observados em Acará, refletindo uma dinâmica econômica regional de maior equilíbrio entre o setor público e o setor privado (Gráfico 30).

Em nível estadual, o Pará exibiu a evolução mais moderada entre os três níveis analisados. O percentual de gasto público em relação ao PIB passou de 10,9% em 2018 para 11% em 2019, caindo para 10,2% em 2020, seguido de uma recuperação para 11,7% em 2021 e 13% em 2022. A tendência no estado foi de crescimento gradual e menos volátil, indicando uma maior estabilidade na gestão pública em relação ao tamanho da economia. Comparativamente, os dados mostram que Acará apresenta uma dependência do setor público muito superior à média estadual, o que pode ser tanto um suporte para serviços essenciais quanto um sinal de baixa diversificação econômica local (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Acará x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

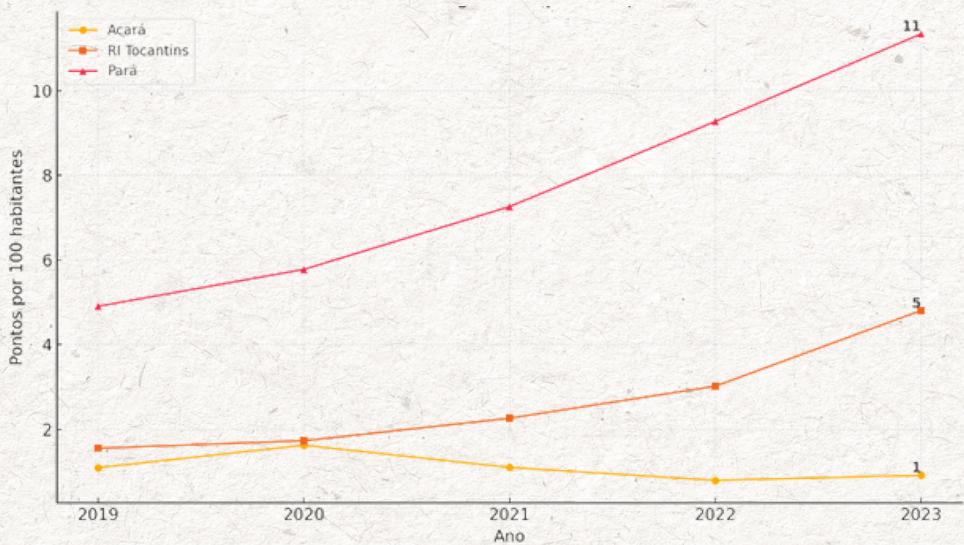
O município de Acará apresentou uma evolução muito limitada na taxa de acesso à banda larga fixa entre 2019 e 2023, permanecendo praticamente estagnado em níveis baixos. Em 2019, o município registrava cerca de 1,1 pontos de acesso por 100 habitantes, subindo levemente para 1,6 em 2020. No entanto, a partir de 2021, houve um retrocesso: o índice caiu para 1,1, atingiu o ponto mais baixo em 2022 com 0,8 e encerrou 2023 com apenas 1 ponto por 100 habitantes. Essa trajetória revela grande dificuldade de expansão da infraestrutura de internet fixa em Acará, limitando as possibilidades de inclusão di-

gital e desenvolvimento econômico local (Gráfico 31).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi mais favorável. O indicador partiu de 1,6 pontos em 2019, avançou para 1,7 em 2020 e continuou crescendo até atingir 5 pontos em 2023. Embora o nível absoluto ainda seja considerado baixo em comparação a padrões nacionais, a evolução constante mostra esforços de ampliação da cobertura de banda larga na região, o que pode contribuir para reduzir a exclusão digital e favorecer o acesso a serviços de educação, saúde e economia digital (Gráfico 31).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou a evolução mais expressiva no indicador. Em 2019, o estado registrava 4,9 pontos de acesso por 100 habitantes, alcançando 5,8 em 2020, 7,3 em 2021, 9,2 em 2022 e finalmente 11 pontos em 2023. O crescimento contínuo reflete investimentos em infraestrutura e políticas públicas de incentivo à expansão da banda larga no estado. A comparação deixa claro que Acará está muito aquém da média estadual, evidenciando a necessidade urgente de ações específicas para promover a inclusão digital no município (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Acará x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

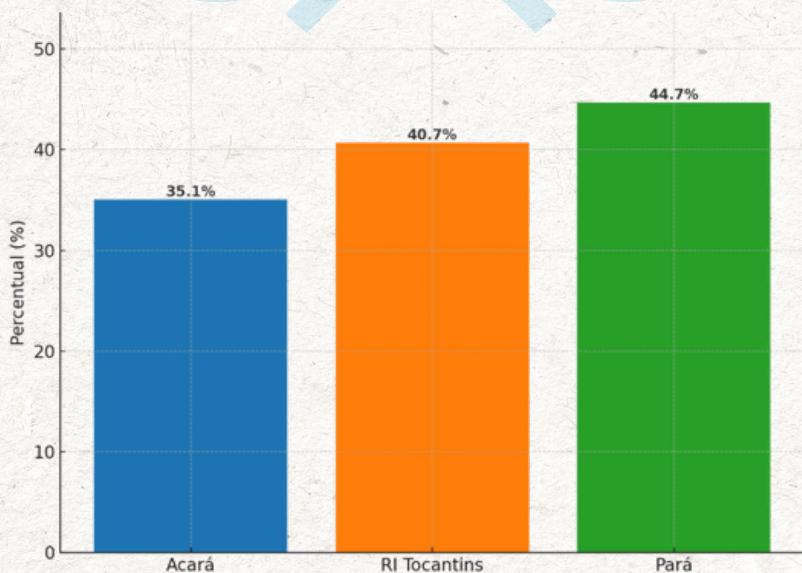
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Acará** registrou um IDS de **35,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Acará x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



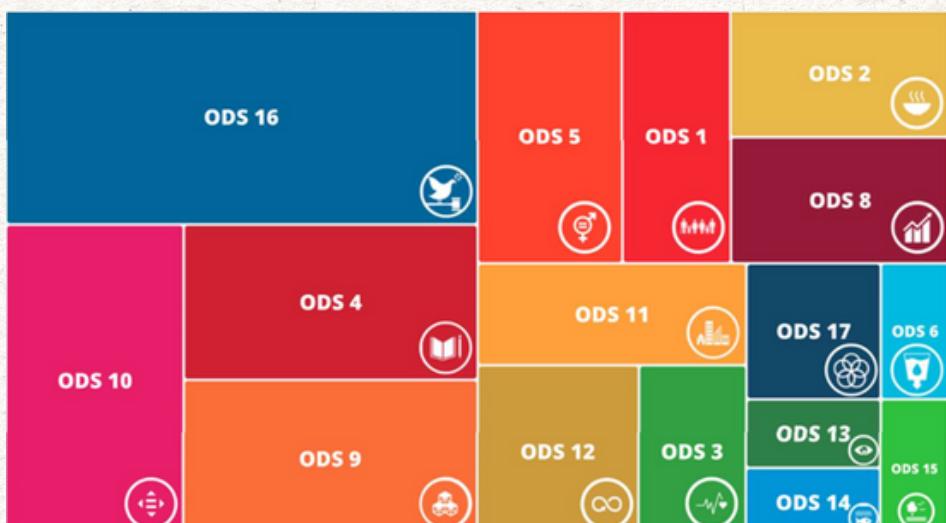
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Acará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

